

A UE prepara-se para aumentar o preço dos gravadores de CD em três por cento. A ANSOL diz ser apenas uma das muitas injustiças a que o consumidor tem sido sujeito pelas companhias de software.

■ Texto Hugo Séneca (hseneca@acj.pt) / Foto Filipe Pombo



O código livre, POR FAVOR!

O software livre está a um passo de se tornar uma questão de estado. Jaime Villate, presidente da Associação Nacional para o Software Livre (ANSOL), alerta para a crescente dependência da administração pública face a empresas que vendem software sem disponibilizar o código de programação. Criada em 2002, a ANSOL tem uma longa missão política a cumprir. A aplicação de taxas aos gravadores de CD e novas leis para o uso de software são as batalhas que se seguem.

Quando se tem por adversárias as maiores produtoras de software, as hipóteses de sucesso são quase ínfimas. Estará a ANSOL condenada a entrar

numa guerra perdida?

Já me disseram que o que estamos a fazer é comparável a lutar com Mike Tyson de mãos amarradas. Mas nós não estamos a lutar. Não pretendemos demonstrar soluções técnica ou economicamente mais viáveis. Achamos é que há algo eticamente incorrecto. É como uma luta entre vegetarianos e pessoas que comem carne: não há luta, porque as pessoas que consideram errado matar um animal para comer não procuram o conflito, limitam-se a não comer carne.

À semelhança do vegetarianismo, acredita que o número de adeptos do software livre vai aumentar? Nunca vai abranger a totalidade da po-

pulação, mas acredito que vai ter mais força. Em alguns sectores, a questão deve ser vista do mesmo modo que fumar ou não fumar. Não pretendemos proibir as pessoas de fumar, até porque é um direito que têm. Só que em certos locais, como nas escolas primárias, ninguém deve fumar. Na administração pública, acreditamos que só deve existir software livre.

Por que é que a administração pública deve adoptar software livre em detrimento do software proprietário?

Hoje, uma pessoa que recuse software proprietário ou que não tenha dinheiro para o comprar não pode aceder a um documento da administração pública. Além disso, os sistemas proprietários podem desaparecer a qualquer momento. Basta que uma empresa considere que não é rentável prosseguir com uma versão e os utilizadores terão de recorrer a uma nova versão.

A ANSOL tem tido contactos com o Governo?

Temos tido contactos com várias instituições, do Governo a grupos parlamentares. Temos estado em contacto com Diogo Vasconcelos, presidente da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) e com o Bloco de Esquerda (BE), que assessorámos na elaboração da proposta de lei que visa introduzir software livre na administração central.

Como têm reagido os responsáveis do Governo?

Têm sido receptivos, dispõem-se a ouvir e estão interessados. Mas há sectores do Governo que ainda receiam o software livre. Acho que é mais por não perceberem bem o que é. O software livre pode ser comercializado, não entra em contradição com o negócio. Mas há pessoas que julgam que somos contra a comercialização, que temos ideias um pouco comunistas, a favor de partilhar tudo com todos. Não é verdade. Disponibilizar o código-fonte não invalida que uma solução seja comercializada. Ou seja, posso vender um determinado software, mas não posso impedir o meu cliente de aceder ao código-fonte e introduzir alterações de que necessite.

O uso de software livre pela administração pública é infimo. Porquê?

Há uma grande pressão comercial, há monopólios que têm muito poder e criam-se falsas expectativas. Por exemplo, há universidades que criam protocolos com marcas de software e os responsáveis dessas universidades estão convencidos de que o protocolo só tem vantagens, mas na realidade estão a fomentar a dependência de algumas marcas de software.

Como vê a legislação em vigor?

Penso que está muito mal. Quando falamos de software proprietário falamos de algo que não é natural, que é imposto por leis que protegem monopólios e proibem coisas tão simples como descobrir como é feito o produto que eu comprei ou transmitir para outra pessoa, mesmo que por linguagem falada, informação a que se teve acesso. Noutros domínios científicos isto não acontece. É algo novo.

Há sectores do Governo que receiam o software livre. Acho que é mais por não perceberem bem o que é. O software livre pode ser comercializado, não entra em contradição com o negócio.

que nasceu com o software. O software é apenas mais uma linguagem científica, como a álgebra ou a fala. A álgebra e a fala são linguagens livres. Com o software estão a impor restrições.

Que restrições?

Por exemplo, a proibição da cópia de coisas que são triviais, a restrição do uso de um software a uma única máquina, ou não poder redescobrir coisas já patenteadas.

Ao consumidor, que conselho dá?

O meu conselho é que olhem com atenção o que compram. Mesmo numa cópia, vê-se que as disposições das licenças são inaceitáveis. Há consumidores que já recusam software proprietário mas, quando compram um computador, são obrigados a pagar um sistema operativo que não queriam. Aí, a solução passa por pedir a desinstalação do sistema operativo e a devolução do dinheiro do software não utilizado.

E estas restrições tendem a agravar-se com as novas leis da UE...

É verdade. Essa legislação foi lançada recentemente e falta apenas ser implementada nos estados-membros, por forma a entrar em concordância com o *Digital Millennium Copyright Act*, que os americanos lançaram no início do milénio. Com a *European Union Copyright Directive* (EUCD), a legislação que protege obras literárias vai estender-se à música. Com a agravante de criminalizar não só as pessoas que tentam descobrir as tecnologias usadas na transmissão de dados, mas também quem trabalha com compressão ou cifra de dados. E não é tudo: esta lei considera um gravador de CD uma potencial máquina de cópias ilegais. Como é impossível estar em casa de cada pessoa para saber se as cópias são ilegais ou não, a directiva automaticamente aplica uma taxa de três por cento ao preço de cada máquina que permite fazer có-

pias. Essa percentagem destina-se à Sociedade Portuguesa de Autores e também à *Business Software Alliance* (BSA), que agrupa os maiores monopólios do software.

Quer dizer que a lei está um passo de alcançar o ponto de não retorno...

Sim, se alguns políticos não se opuserem, caminhamos para esse ponto, em que seremos todos obrigados a pagar a taxa. Mas não é a única mudança legislativa injusta que a UE está a preparar: em Fevereiro, deverá ser aprovada a aceitação das patentes de software utilizadas nos EUA. O que nos impede de "reinventar" coisas que já foram inventadas e automaticamente nos impõe uma herança de 100 mil patentes. Até hoje, o software não pode ser patenteado na Europa, porque é considerado um conhecimento teórico como a matemática. Na América já se aceitam as patentes de software e a ideia é harmonizar a legislação com os EUA e o Japão. O que acaba por fechar as portas à investigação, especialmente em países pequenos como Portugal. ☐